



## DECRETO Nº 11.226

Cria o Diário Oficial do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

considerando o enorme número de matérias que o Município está obrigado a publicar na imprensa oficial;

considerando os benefícios que advirão para o Município com a criação de seu Diário Oficial, ressaltando-se a diminuição de custos e maior facilidade de publicação das matérias;

considerando que o Boletim de Pessoal, hoje publicado, face sua estrutura, já não comporta a demanda de publicação que lhe é exigida,

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Diário Oficial do Município de Porto Alegre, Órgão escrito de divulgação que será denominado "Diário Oficial de Porto Alegre".

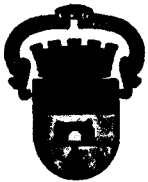
Art. 2º - O "Diário Oficial de Porto Alegre" circulará nos dias úteis, a partir do dia 15 de março de 1995 e publicará:

I - as Leis do Município, os Decretos, as Ordens de Serviço, as Portarias, os Editais e avisos sobre concursos públicos;

II - as Súmulas de Editais de Licitações e suas alterações, as comunicações de revogação ou anulação de licitações, as comunicações de julgamentos e habilitações nos procedimentos licitatórios, as comunicações relativas ao registro de preços, os avisos de dispensa ou inexigibilidade de licitação

*[Handwritten signature]*

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	PLE	PLL	RUBRICA
FONTE	DATA	PÁG	FONTE	DATA	PÁG				
DOE	14-03-95	25							<i>[Handwritten initials]</i>



.....

e outros procedimentos derivados do processo licitatório;

III - os despachos em processos e outras determinações ou decisões referentes a pessoal como lotação, nomeação, exoneração, aposentadoria e concessões diversas;

IV - avisos e matérias diversas com caráter informativo, educativo e de orientação social.

Art. 3º - A responsabilidade pela confecção, circulação e assinaturas fica dividida entre a Secretaria Municipal de Administração e a Coordenação de Comunicação Social.

Art. 4º - O preço dos exemplares avulsos e das assinaturas serão fixados por Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda.


Art. 5º - As matérias encaminhadas pela Câmara Municipal de Vereadores, para publicação, serão de sua exclusiva responsabilidade.

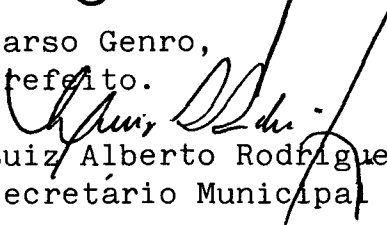
Art. 6º - O número de exemplares a ser distribuído para cada órgão municipal, a forma de confecção, o pessoal encarregado, o prazo e horários para entrega das matérias, além de outras rotinas serão fixados através de Ordem de Serviço.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2253, de 16 de outubro de 1961.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 13 de março de 1995.

  
Tarso Genro,  
Prefeito.

  
Luiz Alberto Rodrigues,  
Secretário Municipal de Administração.

  
Registre-se e publique-se.

Raul Pont,  
Secretário do Governo Municipal.

/TCC